

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1. Razão de ser do inquérito	1
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil	2
3. Fixação das atribuições da Polícia Civil	2
4. Finalidade do inquérito policial	3
5. Caracteres do inquérito policial	3
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7. Prazo para a conclusão do inquérito	8
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	9
9. É indispensável o inquérito?	9
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	10
11. O relatório	10
12. A condução coercitiva do indiciado	10
13. Como se inicia o inquérito policial?	10
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	11
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	14
16. Modelo de portaria. Observações	15
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações ..	17
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	18
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações.....	20
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	26
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	27
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	29

CAPÍTULO 2 DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	37
---	----

2. Sentido da expressão “flagrante delito”	41
3. Fundamento atual	41
4. Fundamento anterior	44
5. As modalidades de flagrante	46
6. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	48
7. A prisão em flagrante como ato administrativo	49
8. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	50
9. Como se lavra um auto de prisão em flagrante	50
10. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	52
11. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante	55
12. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	56
13. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais ...	56
14. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	57
15. Observações sobre a prisão em flagrante	57
16. Flagrante preparado e flagrante esperado	63

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções	69
2. Conceito	72
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	72
4. Característicos	74
5. Princípios	75
6. Divisão da jurisdição	77
7. Competência	80
8. Delimitação do poder de julgar	81
9. Onde a causa penal deve ser julgada?	83
10. Prerrogativa de função	88
10.1. Supremo Tribunal Federal	89
10.2. Superior Tribunal de Justiça	91
10.3. Superior Tribunal Militar	93
10.4. Tribunal Superior Eleitoral	94
10.5. Tribunais Regionais Eleitorais	94
10.6. Tribunais Regionais Federais	96
10.7. Tribunais de Justiça	98

10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça	105
10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades	105
10.10. Competência originária mesmo cessada a função	106
10.11. Problemas especiais	116
11. Conexão e continência	118

CAPÍTULO 4

DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação	127
2. O processo	128
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios .	130
4. Ação penal: conceito	131
5. Classificação subjetiva da ação penal	131
6. Da ação penal pública incondicionada	132
7. Ação penal pública incondicionada: princípios	133
8. Da ação penal pública condicionada	137
9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função	150
10. Requisição do Ministro da Justiça	154
11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa .	157
12. As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	159
13. Condições específicas da ação	161
14. Rejeição da denúncia ou queixa	164
15. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	165
16. Pode o Promotor desistir da ação penal?	165
17. Como se instaura o processo	166
18. Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	166
19. Que deve conter a denúncia?	166
20. Modelo de denúncia	169
21. Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	170
22. Prazos para a denúncia	171

23. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	172
24. Outras observações	174
25. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	176
26. Observações	177
27. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	178
28. Pedido de arquivamento: modelo	178
29. Observações	179
30. Arguição de incompetência: modelo	184
31. Conflito de competência	184
32. Conflito de atribuições	190

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	193
2. A decadência do direito de queixa	195
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	198
4. A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	200
5. O perdão	201
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	201
7. As custas do processo	202
8. Modelo de queixa	204
9. Modelo de procuração	205

CAPÍTULO 6

DA DEFESA PRÉVIA

1. É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	206
2. Exemplo de defesa prévia	207
3. Observações sobre a defesa prévia	208

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	214
-----------------------------------	-----

2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	214
3. A função do assistente	215
4. Ouvida do Ministério Público	216
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	216
6. Atividade do assistente	217
7. Em que hipóteses pode recorrer?	217
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	219
9. Pode o Poder Público intervir como assistente?	220
10. A intimação da sentença	221
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente	221
12. Modelo de procuração	223

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico	224
2. A antijuridicidade	225
3. A culpabilidade	226
4. A imputabilidade	227
5. A importância do exame de sanidade	227
6. Critérios para aferir a inimputabilidade	228
7. Os menores de 18 anos	229
8. Os doentes mentais	229
9. A embriaguez	230
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico	232
11. Como se comprova a inimputabilidade?	232
12. Oportunidade para o exame de insanidade mental	234
13. Legitimidade	235
14. Procedimento	235
15. Formulação dos quesitos	237
16. A doença mental antes e depois da prática da infração	238
17. Fica o Juiz vinculado à perícia?	239

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	240
-----------------------------------	-----

2. Processo e procedimento	240
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	242
4. Formas procedimentais	245
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	246
6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função	257
7. Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	257
8. Suspensão condicional do processo	262
9. Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	276
10. Crimes da competência do Júri. A primeira fase	278
11. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	279
12. Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	283
13. A competência do Tribunal do Júri	293
14. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i>	294
15. Organização e funcionamento do Júri	307
16. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	334
17. Modelo de sentença absolutória. Observação	336
18. Modelo de sentença condenatória. Observação	336
19. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações	338
20. Questionário	342

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	358
2. O foro competente	359
3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	364
4. O procedimento dos processos por crimes de imprensa	369
5. Os prazos prescricionais	371
6. O procedimento	372
7. Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	375
8. O procedimento dos processos por crimes eleitorais	376
9. O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observação	379
10. Entorpecentes. Observações	381
11. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	387
12. Os crimes contra a fauna	387
13. Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores ...	389

CAPÍTULO 11

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1. O procedimento comum para os crimes apenados com detenção. Observações	390
2. O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapassar dois anos, subordinados ou não a procedimento especial. Observações	392
3. O procedimento sumariíssimo	402
4. Modelo de termo circunstanciado	404
5. O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	405
6. O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	406
7. O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observação	408
8. Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento ...	410
9. Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	410
10. Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	411
11. Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	411
12. Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento	415
13. Crimes contra a honra: procedimento	418
14. Entorpecentes	425
15. Crimes da Lei das Licitações	425

CAPÍTULO 12

DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1. Preliminares	427
2. O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP	428
3. O novo rito	429
4. Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP	430
5. O procedimento especial	431

6. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	432
7. O procedimento das contravenções eleitorais. Observações .	433

CAPÍTULO 13 DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo	436
2. Observações sobre as alegações finais	438
3. As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações	440

CAPÍTULO 14 DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão provisória	443
2. Quando é necessária a prisão processual?	445
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível	447
4. Da prisão preventiva	449
5. Da prisão temporária	453
6. Anotações sobre o flagrante	456
7. Da liberdade provisória	458
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	459
9. Limites da fiança	465
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	467
11. Extinção	467
12. Fiança sem efeito	468
13. Reforço	468
14. Fiança sem objeto	469
15. Condenação	469
16. Execução	469

CAPÍTULO 15 DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo	470
--	-----

2. Sentença condenatória: exemplo	471
3. Observações sobre a sentença	473

CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo	490
2. Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	491
3. Exemplo de libelo	491
4. Observações sobre o libelo	492
5. Libelo em série. Observações	493
6. Outros modelos. Observações	494
7. Contrariedade do libelo. Observações	496

CAPÍTULO 17 DAS NULIDADES

1. Noções preliminares	498
2. Ato inexistente	498
3. Atos nulos e irregulares	499
4. A nulidade	500
5. Atos essenciais	500
6. Formalidades essenciais	501
7. A classificação dos atos e das formalidades	502
8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz	502
9. Ilegitimidade de parte	503
10. Relação dos atos estruturais	504
11. Nulidades absolutas e relativas no CPP	508
12. Momento para a arguição da nulidade	510
13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	510
14. Quem pode arguir a nulidade?	511
15. Modos de sanabilidade	511
16. Pode haver nulidade em inquérito?	511

CAPÍTULO 18 DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades	514
----------------------------------	-----

2. Fundamento	516
3. Pressupostos lógico e fundamental	517
4. Classificação da sucumbência	518
5. Pressupostos recursais objetivos	522
6. Pressupostos recursais subjetivos	532
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação	533
8. Extinção anormal dos recursos	533
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	535
10. Recursos voluntários e necessários	535
11. Efeitos dos recursos	538
12. Unirrecorribilidade	541

CAPÍTULO 19

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição	543
2. Exemplo de razões. Observação	544
3. Considerações	546
4. O recurso em sentido estrito	548
5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	549
6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	550
7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	550
8. Prazo para razões e contra-razões	551
9. Pode o Juiz retratar-se?	552
10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	553
11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	554
12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral?	554
13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?	555
14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	556
15. Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	563
16. Efeitos	564
17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	565

CAPÍTULO 20

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo	567
2. Exemplo de razões. Observação	568
3. Exemplo de contra-razões	570
4. Noções	578
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	579
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	581
7. Como se interpõe a apelação?	581
8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem ..	581
9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	583
10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	584
11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	585
12. A quem é endereçado o recurso de apelo?	587
13. Apelação plena e limitada	587
14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	588
15. Pressupostos próprios do recurso de apelo	589
16. Extinção anormal da apelação	597
17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	601
18. A apelação sobe nos próprios autos?	604
19. O § 4º do art. 593	605
20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	605
21. Apelação sumária e apelação ordinária	605
22. Efeitos do recurso de apelação	606
23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	607
24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	607

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição	616
2. Noções	616

3. É exclusivo da defesa?	617
4. Quando cabe	617
5. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	618
6. Pode a defesa protestar e apelar?	620
7. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	621
8. Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento? ..	622
9. Razão histórica do protesto	623
10. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	624
11. Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	625

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação	627
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	628
3. Considerações preliminares	629
4. Os embargos infringentes e de nulidade	631
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	631
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	633
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	634
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	635
9. Os embargos no STF	635
10. Os embargos no STJ	637

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo	638
2. Generalidades	639
3. Quando podem ser opostos	640
4. A quem são dirigidos	640

5. Procedimento	640
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	641
7. Quem pode interpor os embargos?	641
8. Quem os julga?	642
9. Os embargos na inferior instância	642
10. Retratabilidade	642
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	642
12. Extensão dos embargos declaratórios	643

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação	645
2. Exemplo de razões	646
3. Exemplo de contra-razões	648
4. Observações sobre a carta testemunhável	649
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	651
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável	652
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	652
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	653
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	653
10. Razões históricas da carta testemunhável	654
11. Como se conta o prazo	655

CAPÍTULO 25

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo	656
2. Exemplo de razões	657
3. Exemplo de contra-razões	658
4. Generalidades	659
5. Cabimento	659
6. Admite-se a correição no processo civil?	661
7. Origem	661

8. Surgimento da correição no Estado de São Paulo	662
9. É inconstitucional?	662
10. É recurso?	663
11. Procedimento	664

CAPÍTULO 26

DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	667
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	668
3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?	670
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	672
4-A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo	672
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa?	675
6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	676
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	676
8. A competência originária	677
9. A competência recursal	684
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	685
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	686
12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	686
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada? Observação	687
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	689
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora ..	689
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça	690
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	703
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	704
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	704
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	705
21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	706

22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	707
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	707
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	708
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada? ..	709
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	710
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	711
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i>	715
29. Apresentação do paciente	715
30. Sanções	716
31. Pedido de informações	716
32. Intervenção do Ministério Público	716
33. Como pode ser impetrada a ordem?	717
34. Concessão	718
35. Não-cabimento	718
36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	719
37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	720
38. Liminar em <i>habeas corpus</i>	721

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	723
2. Exemplo das razões	723
3. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	726
4. O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	726
5. O recurso ordinário-constitucional	729
6. Procedimento	730

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal	732
---	-----

2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	734
3. Generalidades	734
4. O erro judiciário e a coisa julgada	736
5. A revisão <i>pro societate</i>	738
6. A revisão criminal no Brasil	739
7. A natureza jurídica	741
8. Pressuposto primordial da revisão	743
9. Oportunidade	743
10. Legitimidade	744
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão?	746
12. A revisão e a decisão do Júri	746
13. Competência	749
14. Os fundamentos do pedido	750
15. Extinção da punibilidade	752
16. Unificação de penas	753
17. Revisão para aumentar a pena	754
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	754
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	755
20. Conversão em diligência	756
21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	756
22. Absolvição e revisão	757
23. Prazo	757
24. O pedido	757
25. Procedimento	758
26. Julgamento	760
27. Improcedência	760
28. Procedência	761
29. Conseqüências	762
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	762
31. Reiteração	765
32. Sentença estrangeira	766
33. A Justiça Eleitoral	766
34. Morte do condenado	767
35. A indenização. Nota	767

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais	769
2. Recurso extraordinário: conceito	769

3. A denominação “extraordinário”	771
4. Outras funções do STF	772
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?	772
6. Legitimidade	774
7. Procedimento	775
8. Denegação. Recurso oponível	777
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	778
10. Problemas especiais	779
11. Recurso extraordinário e recurso especial	780
12. Modelo	781
13. Súmulas do STF em matéria criminal	784

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial	794
2. Quando cabe	794
3. Finalidade	799
4. Procedimento	799
5. Denegação	801
6. Outras funções do STJ	802
7. Súmulas do STJ em matéria criminal	802
8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	808
9. Modelos	809

CAPÍTULO 31

DOS AGRAVOS

1. Os agravos no processo penal	827
2. Histórico	827
3. O agravo de instrumento no processo penal	828
4. Modelos de agravo de instrumento	831
5. O agravo em execução	843
6. Modelo de agravo em execução	845
7. O agravo regimental	849
8. Modelo de agravo regimental	850
9. O recurso inominado	851

<i>Bibliografia</i>	853
---------------------------	-----